



DIRETO DOS EUA

Seguidores mobilizados pela volta de Bolsonaro

Ex-presidente desembarca amanhã de volta ao Brasil, com a expectativa de liderar a oposição e de prestar contas à Justiça

» LUANA PATRIOLINO

Com a esperança de reacender a força da direita, abalada desde os atos terroristas que depredaram as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro, os radicais apostam todas as fichas no retorno de Jair Bolsonaro, amanhã, ao Brasil. Para os aliados do ex-presidente, a volta ajudará o PL a cumprir o ambicioso plano de conseguir mil prefeituras em 2024, o que daria uma boa plataforma para, nas eleições de 2026, a extrema direita tentar voltar ao Palácio do Planalto. Para o governo Lula, a reaparição de Bolsonaro no país não mudará os ventos do cenário político atual.

Bolsonaro desembarca às 7h10, em Brasília, de um voo comercial. Há três meses nos Estados Unidos, ele aguardou passar o impacto da tentativa de golpe em janeiro e a possibilidade de ser preso no Brasil. Mas, mesmo assim, volta no momento em que um terceiro estojo com bens de alto valor (leia ao lado), este apresentado pelos Emirados Árabes, entrou no país e foi incorporado indevidamente ao patrimônio pessoal do ex-presidente.

Ele deve cumprir uma agenda institucional como presidente de honra do PL e viajar o país para conseguir novos cabos eleitorais de olho nas eleições municipais do ano que vem. O presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, aposta na dobradinha de Jair e Michelle. Mas, nos bastidores, percebem que a ascensão da ex-primeira-dama no partido causa incômodo no clã Bolsonaro.

Costa Neto vem tentando unificar sua base e o discurso dos parlamentares, minimizando o conflito interno entre os bolsonaristas e os moderados do PL. Toda a mobilização é em prol de triplicar o número de prefeituras que a sigla controla, passando de 328 para mais de mil. Na mira, grandes cidades de três dos principais colégios

Uma terceira (e valiosa) caixa de presente

Reprodução



Jair Bolsonaro levou como bem pessoal, após deixar a Presidência, uma terceira caixa de joias, presenteada pelo governo dos Emirados Árabes. O estojo tem um relógio Rolex, modelo Day-Date, em ouro branco cravejado de brilhantes e com mostrador em madrepérola — que, numa

avaliação inicial, passaria dos R\$ 500 mil; uma caneta da grife Chopard, um anel, um par de abotoaduras e um terço islâmico — tudo em ouro branco. As joias estiveram guardadas na fazenda do tricampeão mundial de Fórmula 1 Nelson Piquet, de quem o ex-presidente é amigo pessoal.

Segundo os advogados de Bolsonaro, os bens estão à disposição para serem incorporados ao patrimônio da União — os estojos anteriores estão de posse do setor de penhores da Caixa. O Tribunal de Contas da União ainda não definiu uma data para que esta terceira caixa seja devolvida.

eleitorais do país — São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Ex-ministro da Casa Civil no governo Bolsonaro, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) é um dos mais entusiasmados com a volta. Ele afirmou que irá ao Aeroporto de Brasília esperar o ex-presidente. Michelle, Valdemar e Walter Braga Neto, ex-vice dele na chapa derrotada à reeleição, em outubro passado, também no desembarque.

“Falei hoje com nosso capitão e já garanti que serei um dos primeiros brasileiros que estará no aeroporto aguardando seu retorno”, garantiu Ciro em publicação nas redes sociais.

Para o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), porém, o ex-presidente não tem mais a mesma força. “Ele está voltando de umas férias longas. Espero que comece a trabalhar em alguma coisa. Sobre as eleições, acho que é uma pessoa que não tem capacidade de organizar campanha em lugar algum”, disse ao **Correio**.

Judiciário

No Brasil, Bolsonaro também enfrentará as pendências com o Judiciário. Sem mandato, perdeu a prerrogativa de foro e terá de se defender nas instâncias ordinárias

da Justiça dos processos contra ele. Há, ainda, a possibilidade do ajuizamento de novas ações. O ex-presidente é investigado em processos sobre a atuação de milícias digitais e disseminação de fake news.

Na avaliação do cientista político André César, Bolsonaro terá de lidar com um país diferente daquele que deixou em dezembro. “A direita está buscando nomes. Se ele não se mostrar digno do comando desse grupo, vai ser escanteado”, prevê.

Para o também cientista político Leonardo Barreto, o ex-presidente volta enfraquecido politicamente. “Esse abandono da

Presidência, o caso das joias, isso tudo traz o Bolsonaro para um patamar menor. Vai enfrentar uma série de batalhas judiciais, que vão tornar a vida dele muito difícil. Mas continua sendo um player importante”, disse.

O constitucionalista Nauê Bernardo de Azevedo partilha do mesmo entendimento. “É natural que queira fazer barulho no seu retorno ao Brasil, de modo a se colocar como a liderança de oposição que ele poderia estar exercendo desde janeiro. Não o fez por estar afastado do país”, ressaltou.

Leia mais na página 13

Dino garante retorno seguro

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, anunciou, ontem, que autorizou um contingente extra de agentes da Polícia Federal (PF) para atuar no Aeroporto Internacional de Brasília no retorno do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Brasil, previsto para amanhã. A afirmação foi na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, onde compareceu atendendo a convite dos deputados para que explicasse, entre outros assuntos, a visita que fez ao Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, semanas atrás.

Bolsonaristas queriam que a PF fizesse a segurança do aeroporto e dos arredores para a chegada do ex-presidente, mas Dino explicou que isso não faz parte da função constitucional da corporação. “A PF não pode fazer a segurança externa do aeroporto. Mas, se o senhor ler a Constituição, verá que a PF faz a segurança aeroportuária. A PF agirá de acordo com a lei”, disse, respondendo ao deputado Carlos Jordy (PL-RJ).

Dino ressaltou que a PF participou de reuniões com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para traçar um plano para o retorno de Bolsonaro. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, enviou ofício ao governador Ibaneis Rocha e ao Ministério da Justiça solicitando apoio.

Nas redes sociais, o ex-presidente disse aos aliados que não quer festa no aeroporto. Mas, segundo os integrantes do PL, haverá recepção de apoiadores. No Telegram, principal plataforma de comunicação dos bolsonaristas, há intensa movimentação para amanhã e há quem planeje acampar no aeroporto para encontrá-lo no momento do desembarque. (LP)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Novo bloco pode ampliar a base de Lula na Câmara

O MDB, o PSD, o Podemos, o Republicanos e o PSC formaram um bloco com 142 deputados, o maior da Câmara, saindo da esfera de controle do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para negociar com o governo Lula de forma autônoma. A mudança vai ao encontro dos caciques do MDB e do PSD que desejavam sair do bloco que reelegia o deputado e demarcar terreno próprio em relação ao Centrão.

Lira fala como governista e age como se já estivesse com um pé na oposição. A indicação do deputado Fábio Macedo (Podemos-MA), ligado ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para liderar o novo bloco, sinaliza que o controle do presidente da Câmara sobre o colégio

de líderes não será o mesmo.

Até agora, a bancada governista se restringia às federações PT-PCdoB-PV (com 81 deputados), ao PDT (17), PSB (14), PSol-Rede (14), Avante (sete) e Solidariedade (cinco), num total de 138 deputados. Com os 142 do novo bloco formado pelo MDB, PSD, Republicanos, com 42 deputados cada, o Podemos (12) e o PSC (quatro), em tese, a base governista passou a ter 280 deputados, o suficiente para aprovar os projetos de lei do governo. Lira controla a pauta da Câmara e a possibilidade de aprovação de emendas constitucionais, o que não é pouca coisa.

A formação do novo bloco também é uma reação à forma como o presidente da Câmara está confrontando o presidente do

Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em relação ao rito das medidas provisórias no Congresso. As negociações entre os dois estão se arrastando, porém já está claro que Lira foi com muita sede ao pote. A tese de que a comissão mista, que tem a primazia de iniciar a tramitação das medidas provisórias, deve ter três deputados para cada senador não obteve a menor receptividade dos senadores.

Seria uma mudança nas regras do jogo vigentes há mais de 20 anos, que contraria a Constituição porque desequilibra a relação entre a Câmara e o Senado. No sistema bicameral, as duas Casas tem paridade na aprovação de matérias legislativas, embora tenham também

atribuições específicas. Por exemplo: o presidente da Câmara é o segundo na linha de sucessão do presidente da República e tem o poder de abrir um processo de impeachment, mas cabe ao Senado julgá-lo, sob a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em contrapartida, o Senado responde pela nomeação de autoridades, como ministros dos tribunais superiores, dirigentes de agências reguladoras, embaixadores e o presidente do Banco Central (BC). Além disso, autoriza a contratação de empréstimos pelos estados e pelos municípios.

Em nenhum momento Pacheco rompeu o diálogo com Lira, mas submeteu todas as propostas da Câmara ao colégio de líderes do Senado, que não pretende abrir mão do equilíbrio de poder entre as duas Casas. Preocupado com as medidas provisórias, que precisam ser votadas para não caducar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem apelado para que Pacheco e Lira cheguem a um

acordo, mas mantém distância regulamentar da disputa.

Fechados com Lira

Com o bloco MDB-PSD-Podemos-Republicanos-PSC, o peso relativo dos bolsonaristas junto a Lira pode aumentar. Presidente do PP, o ex-ministro Ciro Nogueira, aliado de Bolsonaro, não quer os 49 deputados do PP na base do governo. Essa foi uma das razões para que a sua federação com o União Brasil, com 59 deputados, não fosse adiante. Sob influência de Lira, a bancada do União Brasil na Câmara declarou independência em relação ao governo, embora o partido integre o governo Lula com três ministros. São 108 deputados sob comando direto do presidente da Câmara.

A bancada da federação PSDB-Cidadania, com 18 deputados, ficou no limbo. O PSDB (14 deputados) decidiu fazer oposição ao governo Lula e acalenta a candidatura precoce de terceira via do governador tucano do Rio Grande do Sul, Eduardo

Leite, à Presidência da República. O diretório nacional da Cidadania (quatro deputados) decidiu apoiar o governo Lula, mas a bancada declarou independência e o presidente da legenda, Roberto Freire, morde mais o governo do que assopra. As duas bancadas estão na base de Lira.

Com 99 deputados, a maior bancada eleita da Câmara, o PL está na oposição e não abre. O presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, mantém boas relações com Lira, mas não quer perder o controle da legenda. A volta do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Brasil, prevista para amanhã, fará recrudescer o ímpeto oposicionista do PL na Câmara, onde se contrapõe sistematicamente ao governo.

Lira pode contar com o PL no jogo interno da Casa, mas não para apoiar Lula. O mesmo vale para o Patriotas (quatro deputados) e o Novo (três), que também fazem oposição ao governo. Numa conta de somar, são 106 deputados com os quais Lira só pode contar para fazer oposição.